

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Annual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

### GOVERNMENT OF GOA DAMAN AND DIU

General Administration Department

Office of the District Magistrate of Goa

Notification

MAG/MISC/69-138/2940

In exercise of the powers conferred by Section 13 of the Criminal Procedure Code, 1898, as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Government (Law Department) Order no. LD/252/65 dated 18-6-1965, I, D. N. Barua, District Magistrate of Goa, Panaji, hereby appoint the following officers as Sub-Divisional Magistrates, North and South in addition to their own duties for the period from 19-12-69 to 4-1-1970 and 13-12-1969 to 4-1-1970 respectively.

1. Shri Pukh Raj Bumb, Sub-Divisional Magistrate, Additional Deputy Collector and Magistrate First Class, North, Panaji.
2. Shri N. Rajasekhar, Sub-Divisional Magistrate, Additional Deputy Collector and Magistrate First Class, South, Margao.

D. N. Barua, District Magistrate.

Panaji, 12th December, 1969.

Office of the Civil Administrator Diu

Notification

CAD/ADM/22/5486

It has been decided by the Government to exempt certain clauses of Cinematograph Acts/licence conditions in connection with release of extra lengthy films on Gandhiji's life produced by the Gandhi Film Committee, and to be released through the Films Division, Government of India. As some of these shorts measure more than 2000 fts they cannot fit into the existing definition of approved film and therefore require extra time for their screening. The Government has therefore decided to permit the cinemas: —

1. to screen these extra lengthy shorts in lieu of the approved films and

### GOVERNO DE GOA, DAMÃO E DIO

Departamento de Administração Geral

Repartição do Magistrado Distrital de Goa

Despacho

MAG/MISC/69-138/2940

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 13.º do «Criminal Procedure Code, 1898», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Dio, conjugado com a Portaria n.º LD/252/65, de 18 de Junho de 1965, (Departamento de Justiça), eu, D. N. Barua, Magistrado Distrital de Goa, Panaji, nomeio os seguintes oficiais, Magistrados sub-divisionais, do norte e sul, cumulativamente com as funções do seu cargo, por período desde 19 de Dezembro de 1969 até 4 de Janeiro de 1970 e 13 de Dezembro de 1969 até 4 de Janeiro de 1970, respectivamente.

1. O Sr. Pukh Raj Bumb, Magistrado sub-divisional, Collector Adjunto Adicional e Magistrado de 1.ª classe do norte, Panaji.
2. O Sr. Rajasekhar, Collector Adjunto Adicional e Magistrado de 1.ª classe do sul, Margao.

D. N. Barua, Magistrado Distrital.

Panaji, 12 de Dezembro de 1969.

Repartição do Administrador Civil de Dio

Despacho

CAD/ADM/22/5486

O Governo resolveu dispensar do cumprimento de certas disposições do «Cinematograph Act» e condições de licença para a exibição de certos filmes de metragem extraordinariamente longa, produzidos pela Comissão de Filmes sobre a vida de Gandhiji e apresentados através da Divisão de Filmes da Índia. Como alguns desses filmes medem mais de 2000 pés, os mesmos não ficam abrangidos na definição de filmes aprovados e por isso, carecem de mais tempo para a sua exibição. O Governo resolveu, por isso, autorizar as casas de cinema: —

1. para apresentar esses filmes de extraordinária longa metragem em vez dos filmes aprovados e

2. to permit them to extend the screening time by an hour or so, when these extra lengthy films are shown.

In this connection, attention of the cinema house owner in Diu, is invited to conditions Nos. 3 and 14 of licence in Form A. This shall come into force with immediate effect.

P. L. Sarda, District Magistrate, Diu.

Dated, 6th December, 1969.

2. para permitir que o tempo da exibição se prolongue por mais uma hora ou mais, quando forem exibidos esses filmes de longa metragem.

Neste sentido solicita-se a atenção do proprietário da casa de cinema de Dio, para as condições dos n.º 3 e 14 da licença do impresso A. O disposto neste, deverá entrar em vigor com efeito imediato.

P. L. Sarda, Magistrado Distrital de Dio.

Datado, 6 de Dezembro de 1969.

## Finance (Expenditure) Department

### Memorandum

11-141/67/Fin(Exp)

Government of India, Ministry of Home Affairs, New Delhi vide their letter No. 1/6/66-G.P. dated 2nd January, 1969 have declared the employees of Caixa Economica de Goa are to be treated as Government Servants and that they should be entitled to the benefits of Goa, Daman and Diu (Absorbed Employees Conditions of Service) Rules, 1965. Government of India vide their order No. 1/6/69 (i)-GP dated 18th August, 1969 have further decided that the pay attached to the absorbed posts (pre-liberated posts) in the Caixa Economica de Goa in the Union Territory of Goa, Daman and Diu should be revised and equated with the posts carrying Central Scales of Pay as shown in the Annexure.

A statement showing the designations of the employees of Caixa Economica de Goa and the Offices in which they are to be absorbed is hereby attached. An absorbed employee is deemed to carry an absorbed post with him and as such the question of creating supernumerary post does not arise. The concerned Departments/Offices as indicated in the Statement may issue necessary absorption orders immediately. Further information if any required as regards pre-liberation pay, service particulars, etc. may be obtained from the Caixa Economica de Goa, Panaji, directly.

The cases of Sarvashri Lourenco Jacob Francisco Dias and Ananta Xamba Dalvi who are above 58 years of age are referred to the Government of India for issuance of clear instructions in the matter and no orders are to be issued in their cases at present.

As the employees of Caixa Economica de Goa are absorbed employees, these persons will be treated as on foreign service with Caixa Economica de Goa from the date of liberation till they are actually absorbed in the Government of Goa, Daman and Diu. Government of India orders laying down the terms and conditions of foreign service of these employees to Caixa from 19-12-1961 are still awaited.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).

Panaji, 5th December, 1969.

## Departamento das Finanças (Despesa)

### Memorando

11-141/67/Fin(Exp)

Governo da India, Ministério do Interior, de Nova-Delhi, por sua nota n.º 1/6/66-G.P., de 2 de Janeiro de 1969, declarou que os empregados da Caixa Económica de Goa, deverão ser considerados como funcionários públicos e que os mesmos, terão direito às regalias constantes do «Goa, Daman and Diu (Absorbed Employees Conditions of Service) Rules, 1965». O Governo da India por sua ordem n.º 1/6/69(i)-GP, de 18 de Agosto de 1969, determinou que o vencimento dos lugares absorvidos (lugares anteriores à libertação) da Caixa Económica de Goa, no território da União de Goa, Damão e Dio, fosse revisto e equiparado com os lugares que tem escala de vencimento Central, como vão indicados no quadro anexo.

Vai junta uma relação indicando as categorias dos funcionários da Caixa Económica de Goa e às Repartições em que os mesmos foram absorvidos. Um funcionário absorvido tem de ocupar um lugar absorvido e por isso não deverá surgir o problema da criação de lugares supranumerários.

Os respectivos Departamentos/Repartições indicados na relação anexa, deverão emitir as necessárias ordens de absorção imediatamente. Outros pormenores, tais como vencimento anterior à libertação, informações quanto ao serviço, etc., poderão ser obtidos directamente da Caixa Económica de Goa, Panaji.

Os casos dos Srs. Lourenço Jacob Francisco Dias e Ananta Xamba Dalvi, que tem mais de 58 anos de idade, foram referidos ao Governo da India, para expedir as necessárias instruções e não deverão ser emitidas nenhuma ordens a respeito destes por enquanto.

Como os funcionários da Caixa Económica de Goa, são funcionários absorvidos, os mesmos deverão ser considerados como em comissão de serviço da Caixa Económica de Goa, desde a data da libertação até que sejam efectivamente absorvidos pelo Governo de Goa, Damão e Dio. As ordens do Governo da India fixando os termos e condições de serviço, em comissão, dos referidos funcionários da Caixa, desde 19 de Dezembro de 1961, estão a ser aguardadas.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).

Panaji, 5 de Dezembro de 1969.

### ANNEXURE — ANEXO

Sr. No. N.º de série	Designation of posts Designação de categorias	Pay Vencimento	Designation Designação	Scale of pay Escala de vencimento
		Rs.		Rs.
1.	1st Grade Officer	600.00	Superintendent	350-20-450-25-475
2.	Treasurer	600.00	Treasurer	325-25-475
3.	IInd Grade Officer	483.33	Head Clerk	210-10-290-15-320-EB-15-380
4.	III Officer, Archivist and Aspirante	366.66 366.66 291.66	U. D. C.	130-5-160-8-200-EB-8-256-EB-8-280-10-300
5.	Car Driver	233.33		
6.	Servente	100.00 116.66	Peon	70-1-80-EB-1-85
7.	*Assalariado	150.00		
			Lower Division Clerk	110-3-131-4-155-EB-4-175-5-180

\* Government of India, Ministry of Home Affairs, New Delhi vide their order No. 1/6/69-Gp dated 4th November 1969, have revised and equated the post of «Assalariado» with the post of Lower Division Clerk.

\* O Governo da India, Ministério do Interior, Nova-Delhi, por sua ordem n.º 1/6/69-Gp, de 4 de Novembro de 1969, reviu e equiparou o lugar de «Assalariado» como o de «Lower Division Clerk».

Statement showing the Caixa's Staff to be absorbed in the various Government Departments  
Relação indicando o pessoal da Caixa absorvido em várias Repartições

Sr. No. N.º de série	Names Nomes	Category		Office to which to be absorbed Repartição na qual é absorvido
		Substantive post	Present post	
		Lugar do quadro	Presente categoria	
1	2	3	4	5
1.	Ananta Poi Cano	1st grade officer	1st grade officer	Directorate of Accounts
2.	Ramachondra Porobo Loundo	2nd grade officer	Acting 1st grade officer	Directorate of Health Services
3.	Umacanta Balcrisna Sinai Advolpalcar	3rd grade officer	Acting 2nd grade officer	Directorate of Accounts
4.	Ganaxama Naique Pratab Rau Sar Dessai	Aspirante	Acting 3rd grade officer	— Do —
5.	Rmacanta Sripada Sinai Advolpalcar	Aspirante	Acting 3rd grade officer. Officiating as treasurer as from 30-8-1963	— Do —
6.	Gonpot Sitarama Nagvencar	Aspirante	Acting 3rd grade officer	— Do —
7.	Ananda Sinai Amoncar	Aspirante	Acting 3rd grade officer	— Do —
8.	Neves Jaime Honorato Nunes de Melo	Aspirante	Acting 3rd grade officer	— Do —
9.	Francisco Xavier do Perpetuo Socorro Mascarenhas	Aspirante	Aspirante	— Do —
10.	Maria Irene Olga Gonsalves	Aspirante	Aspirante	— Do —
11.	Data Babu Sinai Zingdo	Contínuo (Care taker)	Acting Aspirante	— Do —
12.	Purxotoma Sinai Quencro	Assalariado	Assalariado	— Do —
13.	Faustino Teles	Car Driver	Car Driver	Finance (Control) Department
14.	Xavier Monico Fernandes	Servente	Servente	Government Printing Press

## Corrigendum

11-141/67/Fin (Exp)

In the fourth line of the last para of this Department Memorandum No. 11-141/67/Fin (Exp) dated 5th December, 1969, the word 'absorbed' may be substituted by the word 'reverted'.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).  
Panaji, 9th December, 1969.

## Corrigenda

11-141/67/Fin (Exp)

Na 4.ª linha do § último do memorando n.º 11-141/67/Fin (Exp) de 5 de Dezembro de 1969, deste Departamento, a palavra 'absorvido' deve ser substituída pela palavra 'revertido'.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).  
Panagi, 9 de Dezembro de 1969.

## Finance (Revenue) Department

## Order

Fin(Rev)/2-36/AR/2/2346/69

Whereas it has come to the notice of the Government that in a number of cases, the dealers who are registered under the Goa, Daman and Diu Sales Tax Act, 1964, after the change in the ownership of the business, timely intimation about the said change i.e. within the stipulated period of 30 days from the date of occurrence of such event has not at all been given to the Sales Tax Authorities with the result that the registration certificates have been cancelled by the Sales Tax Officers on the dates on which such intimation was received, from the retrospective dates, with the result that the intervening period is treated as unregistered period so much so that the purchases made by such dealers during the unregistered period have become all unauthorized.

And whereas it is found necessary to remove the said difficulty, Now the Administrator of Goa, Daman and Diu in exercise of the powers conferred by section 38 of the Goa, Daman and Diu Sales Tax Act, 1964 hereby directs that the registration certificate already granted to the original dealer should be treated as valid upto the date on which the intimation is received about the change in the ownership or

## Departamento das Finanças (Receita)

## Portaria

Fin(Rev)/2-36/AR/2/2346/69

Atendendo a que foi levado ao conhecimento do Governo, que em alguns casos os comerciantes que se acham registados ao abrigo do «Goa, Daman and Diu Sales Tax Act, 1964» após a mudança do dono do negócio, não deram nenhum conhecimento do facto, dentro do prazo estipulado de 30 dias, em que o mesmo ocorreu, às autoridades de Sales Tax com o resultado de que os certificados de registo foram cancelados pelas autoridades do Sales Tax nas datas em que essa comunicação foi recebida, desde as datas retrospectivas, de modo que o período interveniente foi considerado como período não registado e as compras feitas pelos referidos comerciantes durante esse período são todas sem autorização.

Tendo em consideração que se torna necessário remover essa dificuldade, o Administrador de Goa, Damão e Diu, no uso das faculdades conferidas pelo artigo 38.º do «Goa, Daman and Diu Sales Tax Act, 1964» determina que o certificado de registo concedido ao comerciante original, seja considerado como válido até à data em que foi recebida a comunicação relativa à mudança do dono do negócio ou até 30 dias, após

upto 30 days thereafter within which period the successor has applied for fresh registration, provided that the following conditions are fulfilled:

- (i) the succeeding dealer makes an application in this behalf to the concerned sales tax authority;
- (ii) he is willing to get the offence under clause (j) of sub-section (1) of section 30, compounded;
- (iii) there are no mala fides on the part of the dealer, in not giving timely intimation about the change in the ownership of the business;
- (iv) the business is carried on as a going concern by the successors;
- (v) he is not in arrears of payment of any sales tax dues;

The directions contained in the above order shall, in pursuance of sub-section (2) of section 9 of the Central Sales Tax Act, 1956 be also applicable in respect of the registration of change of ownership of the dealer under the said Act where the circumstances are similar.

Past cases decided otherwise and wherein the dealers have approached the Government or the Commissioner should be revised by the Commissioner.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).  
Panaji, 6th December, 1969.

#### Notification

Fin (Rev)/2-41/3/2604/69

In exercise of the powers conferred by Sub-section (3) of section 5 of the Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964 Government is hereby pleased to exempt from the payment of entertainment tax the screening of the film «Dharti Kahe Pukar Ke» in the Union Territory of Goa, Daman and Diu subject to the following conditions:

- 1) The rates of admission tickets shall be reduced to the extent of entertainments duty payable on each admission tickets;
- 2) The proprietor shall maintain separate accounts regarding the tickets issued and submit them to the Commissioner of Entertainment Tax, Panaji;
- 3) This order shall be exhibited in a prominent position at the public entrance to the place of entertainment at the time the public are admitted during the Entertainment.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).  
Panaji, 10th December, 1969.

#### Notification

Fin(Rev)/2-41/Part/2627/68

In exercise of the powers conferred by Sub-section (3) of Section 5 of the Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964 Government is hereby pleased to exempt from levy of Entertainment Tax the tickets issued for a dance recital to be held on 14-12-1969 at the Menezes Braganza Hall, Panaji, at 6.30 p. m. organised by the President of Kerala Samajam, Panaji.

The exemption is subject to the condition that the entire proceeds are credited to the Kerala Samajam Fund and will be entirely utilized for philanthropic and socio cultural activities.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Under Secretary (Finance).  
Panaji, 12th December, 1969.

essa data, dentro do período em que o sucessor tenha requerido novo registo, desde que se satisfaçam as seguintes condições:

- (i) o comerciante sucessor requeira novo registo a competente autoridade de Sales Tax;
- (ii) o mesmo esteja disposto a que a infracção ao abrigo da alínea (j) do parágrafo (1) do artigo 30.º seja transigida;
- (iii) não haja má-fé da parte do comerciante em comunicar a tempo, a mudança do dono do negócio;
- (iv) o negócio seja mantido pelo sucessor como correndo normalmente.
- (v) o comerciante não tenha o pagamento do Sales Tax em atraso.

O disposto nesta, conjugado com o disposto na alínea (2) do artigo 9.º do «Central Sales Tax Act, 1956» será também aplicável em relação ao registo da mudança do dono do negócio ao abrigo do citado Act, quando as circunstâncias forem idênticas.

Processos anteriores que tenham sido decididos doutra forma, e quando o comerciante tenha aproximado do Governo ou do Comissário, deverão ser revistos pelo Comissário.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).  
Panaji, 6 de Dezembro de 1969.

#### Despacho

Fin (Rev)/2-41/3/2604/69

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 5.º de «Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964», o Governo isenta do pagamento da taxa do imposto sobre diversões a exibição do filme «Dharti Kahe Pukar Ke», no território da União de Goa, Damão e Diu, sujeito as seguintes condições:

- 1) Os preços dos bilhetes de entrada deverão ser reduzidos ao montante do imposto sobre diversões cobrável por cada bilhete de entrada;
- 2) O proprietário deverá manter contas separadas relativas aos bilhetes emitidos e submetê-las ao Comissário do Imposto sobre diversões, em Panaji;
- 3) O presente despacho será exibido num lugar de destaque a entrada do recinto da exibição, quando o público for admitido durante a exibição.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).  
Panaji, 10 de Dezembro de 1969.

#### Despacho

Fin(Rev)/2-41/Part/2627/68

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 5.º de «Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964» o Governo isenta do pagamento da taxa do imposto sobre diversões os bilhetes emitidos para o recital de dança a realizar-se no salão Menezes Bragança, em Panaji, às 18.30 horas de 14 de Dezembro de 1969, organizado pelo presidente do «Kerala Samajam», Panaji.

A isenção fica sujeita à condição de que toda a receita líquida apurada seja creditada para o fundo do «Kerala Samajam» e seja inteiramente utilizada para as actividades filantrópicas e socio-culturais.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. S. Srinivasagopalan, Subsecretário (Finanças).  
Panaji, 12 de Dezembro de 1969.

## Local Self Government Department

## Notification

No. LSG/NIO/3493/68.—Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz., National Institute of Oceanography at Taleigao.

Therefore the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by him while assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be notified in the Government Gazette.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Director, National Institute of Oceanography, Panaji.
3. The Director of Land Survey, Panaji.
4. The Land Acquisition Officer, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the Land Acquisition Officer, Panaji for a period of 30 days from the date of publication of this Notification in the Government Gazette.

## Departamento de Administração Autónoma

## Despacho

N.º LSG/NIO/3493/68.—Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins do Instituto Nacional de Oceanografia, em Taleigão.

Torna-se público ao abrigo da alínea (1), do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como citado Act) que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores ou outro pessoal em serviço no aludido terreno, para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do citado Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado, no *Boletim Oficial*, na devida altura.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. O Director do Instituto Nacional de Oceanografia, Panaji.
3. O Director de Agrimensura, Panaji.
4. «Land Acquisition Officer», Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do «Land Acquisition Officer», Panaji, pelo período de 30 dias, a contar da data da publicação deste despacho no *Boletim Oficial*.

## SCHEDULE — QUADRO

Description of the said land — Descrição do aludido terreno

Taluka	Village	Plot No.	Survey No.	Name of the person believed to be interested	Approximate area in sq. metres
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadastro n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada em m²
Ihas	Taleigao	1	—	Quarry Area owned by Shri Aires Inandino Purificação de Basílio Dias and Dr. Agnelo Joaquim Mariano de Basílio Dias.	5725.00
		2	—	— Do —	275.00
Total					6000.00

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

A. N. Dixit, Secretary (Local Self Government Department).

Panaji, 5th December, 1969.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

A. N. Dixit, Secretário (Departamento de Administração Autónoma).

Panaji, 5 de Dezembro de 1969.

## Public Health Department

## Departamento de Saúde Pública

## Notification

## Despacho

V-11/67-GMC/B. Project/7655

V-11/67-GMC/B. Project/7655

Whereas by Government Notification No. V-11/67-GMC/B. Project/7655 dated 25-4-69 published on page 73 of Series II, no. 7 of the Government Gazette dated 15-5-69 it was notified under section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as «the said Act») that the land, specified in the schedule appended to the said Notification (hereinafter referred to as the «said land») was likely to be needed for a public purpose viz. additional area for Medical College.

And whereas the appropriate Government (hereinafter referred to as «the Government is satisfied after considering» the report made under sub-section (2) of section 5A of the said Act, that the said land specified in the schedule hereto is needed to be acquired for the public purpose specified above.

Now, therefore, the Government is pleased to declare under the provisions of section 6 of the said Act that the said land is required for the public purpose specified above.

2. The Government is also pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji, to perform the functions of a Collector for all proceedings hereinafter to be taken in respect of the said land, and to direct him under section 7 of the said Act to take order for the acquisition of the said land.

3. A plan of the said land can be inspected at the office of the said Land Acquisition officer Panaji till the award is made under section 11.

Atendendo a que por despacho n.º V-11/67-GMC/B. Project/7655, de 25 de Abril de 1969, publicado à pgs. 73 do *Boletim Oficial* n.º 7, 2.ª série, de 15 de Maio de 1969, fora tornado público, ao abrigo do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») era de utilidade pública para os fins da área adicional para a Faculdade de Medicina.

Tendo em consideração que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo»), após apreciar o relatório submetido ao abrigo da alínea (2) do artigo 5A do citado Act, acha que o terreno descrito no quadro anexo é necessário para os fins públicos acima referidos.

O Governo declara, ao abrigo do disposto no artigo 6.º do citado Act, que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno e determina ao abrigo do artigo 7.º do citado Act, que o mesmo tome as necessárias medidas para a aquisição do aludido terreno.

3. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer» em Panaji, até que seja tomada a decisão ao abrigo do artigo 11.º.

## SCHEDULE — QUADRO

## Description of the said land — Descrição do aludido terreno

Taluka	Village	Plot No.	Survey No.	Name of the person believed to be interested	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadastro n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada em m²
Goa	Bambolim	1(C)	4 part	Bambolim Comunidade.	23229 sq. mts.
	Calapur	2(B1)	682/part	Calapur Comunidade.	10503 sq. mts.
	Calapur	3(1)	— Do —	— Do —	7840 sq. mts.
Total					41572 sq. mts.

By order and in the name of the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 4th December, 1969.

Panaji, 4 de Dezembro de 1969.